

Comissão de Cultura

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO nº _____ de 2019

(Da Sra Áurea Carolina e do Sr David Miranda)

Requer a convocação do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sr. Marcos Pontes, para comparecer a esta Comissão de Cultura a fim de explicar as informações que constam de documentos produzidos por um grupo de trabalho formado por onze ministérios, demonstrando que está em fase avançada um plano de remoção de cerca de 350 famílias quilombolas de Alcântara, no Maranhão, ao contrário do que havia dito anteriormente o ministro.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, inc. I, §§1º e 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, que, ouvido o plenário desta Comissão de Ciência e Tecnologia, sejam adotadas as providências necessárias para a convocação do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sr. Marcos Pontes, para comparecer a esta Comissão de Cultura a fim de explicar as informações que constam de documentos produzidos por um grupo de trabalho formado por onze ministérios, demonstrando que está em fase avançada um plano de remoção de cerca de 350 no Maranhão, ao contrário do que havia dito anteriormente o ministro.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagem do jornal Folha de S. Paulo de 11 de outubro¹ revela que está em fase avançada um plano de remoção de cerca de 350 famílias quilombolas de Alcântara, no Maranhão. As informações foram obtidas em uma série de documentos produzidos por um grupo de trabalho formado por 11 ministérios, aos quais o jornal teve acesso. O objetivo seria permitir a ampliação do CLA (Centro de Lançamentos), alugando espaços para operações de outros países, como os EUA.

As informações são graves, pois contradizem a versão apresentada por escrito e pessoalmente pelo ministro da Ciência e Tecnologia, astronauta Marcos Pontes, aqui nesta Casa: "Quanto à pergunta sobre se haverá a expansão da área, devo dizer que não. A área estabelecida do centro é aquela já definida. Não existe uma questão de expansão".

O PSOL fez esta pergunta também oficialmente, por meio de Requerimento de Informação, cuja resposta, em 23 de maio, confirmou a negativa: "não se pode afirmar que populações locais interessadas serão diretamente afetadas por ele [acordo]".

O grupo responsável pelos documentos, segundo o jornal, é formado por onze ministérios, órgãos como o Incra, e fundações como a Palmares. E fazem parte dos textos mapas e atas das conversas que mostram todo o plano de expansão da área e a consequente retirada das famílias, o que poderia ocorrer até setembro de 2020!

A Folha cita como exemplo um trecho de prova clara do plano do governo em documento do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH): "Será necessário realizar o deslocamento de famílias (aproximadamente 350) de alguns quilombos de Alcântara para áreas mais distantes da faixa litorânea, onde outras comunidades já se encontram situados". Informação escamoteada até o presente momento. O que denota a ciência do governo em relação ao prejuízo que sua ação causará em diversas famílias quilombolas.

O mais chocante é que, segundo o jornal, já está inclusive pronta até mesmo uma campanha de marketing para redes sociais, com intuito de convencer os moradores a aprovarem as remoções. Com a hashtag "Alcântara Ajudando o

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/amp/ciencia/2019/10/documentos-contradizem-versao-de-ministro-sobre-ampliacao-de-base-de-alcantara.shtml>

Brasil”, a campanha mostra um morador negro sorrindo ao lado de textos como: “Alcântara, gerando benefícios a todos!”. Um deboche para com a população local. Sabendo da resistência das pessoas, o governo sugere “iniciar um movimento social de apoio e replicação de discurso otimista para integrar as comunidades e sociedade como um todo sobre a relevância do tema”.

Um outro documento produzido pela Sepir (Secretaria Nacional de Promoção de Igualdade Racial), vinculada ao MMFDH e citado pela Folha, propõe criar uma “Linha de diálogo” que teria como uma das metas: “Recuperar a credibilidade do Estado junto às comunidades: ganhar corações e mentes”.

Os termos usados em vários dos documentos, como “diálogos” e “conversas”, desconsideram um protocolo de consulta já estabelecido pelos próprios quilombolas com base na Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que prevê que qualquer ação do Estado que afete comunidades tradicionais deve ser objeto de um processo de consulta prévia, livre e informada. Consulta a ser assegurada pela Justiça brasileira.

Em trecho citado na reportagem, o governo reconhece: “Essa iniciativa, como já sabemos, trará alterações na delimitação do território que tradicionalmente [os quilombolas] ocupam, bem como aos modos de vida das comunidades afetadas e sua relação com os recursos naturais ali encontrados”.

Alcântara hoje tem 21,8 mil moradores, dos quais 77% se declararam quilombolas. Eles estão revivendo a mesma situação de 1983, quando a ditadura militar (1964-1985) realizou a remoção de mais de 300 famílias de 24 povoados para a criação do núcleo central do CLA. Um ataque à cultura, memória e patrimônio imaterial do Brasil, encarnados na existência e história de seu valoroso povo fundante, ao qual esta Comissão de Cultura tem a obrigação de proteger. E que está inclusive previsto na competência da comissão descrita no Artigo 32, inciso XXI, alínea a: “*desenvolvimento cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultura, artístico e científico, acordos culturais com outros países*”.

Por todo o exposto, consideramos fundamental e urgente que o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia compareça a esta Comissão para explicar as informações aqui colocadas, e que deixam a sociedade aflita e preocupada com a contradição entre o que o governo fala e faz. Por isso, solicitamos aos nobres pares a aprovação deste Requerimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2019.

Aurea Carolina
PSOL/MG

David Miranda
PSOL/RJ